

DO MATERIAL AO IMATERIAL. NOVOS DESAFIOS, NOVAS QUESTÕESⁱ**(FROM TANGIBLE TO INTANGIBLE. NEW CHALLENGES, NEW QUESTIONS)****(DU MATÉRIEL À L'IMMATÉRIEL. NOUVEAUX DÉFIS. NOUVEAUX ENJEUX)ⁱⁱ****RESUMO**

Artigo introdutório da revista científica *Ethnologie Française*, publicada no ano de 2010 pelas edições Presses Universitaires de France, o autor trata do novo regime de patrimonialidade, ou seja, discute o valor do patrimônio imaterial na atualidade e a importância de se pensar e praticar o patrimônio francês na América do Norte e no mundo, reflete sobre as benéficas consequências dessa renovação e ampliação patrimonial considerando uma concepção mais global do mesmo.

Palavras-chave: Patrimônio material, Patrimônio imaterial, Espírito do lugar

ABSTRACT

Introductory article of the scientific journal *French Ethnology*, published in 2010 by Presses Universitaires de France Editions, the author deals with the new heritage regime, in other words, talks about the value of intangible heritage nowadays, and the importance of thinking and practicing the french heritage in the francophone North America and around the world. The author also examines the positive effects of the renovation and expansion of the heritage considering a more holistic view of it.

Key words: Tangible heritage, Intangible heritage, Genius loci

RÉSUMÉ

Article introductif de la revue scientifique *Ethnologie Française*, 40, publié en 2010 par les éditions Presses Universitaires de France, l'auteur se penche sur le nouveau régime patrimonial, ce est à dire, parle de la valeur du patrimoine immatériel aujourd'hui et l'importance de penser et pratiquer le patrimoine français en Amérique du Nord francophone et dans le monde. L'auteur se penche aussi sur les conséquences bénéfiques de la rénovation et l'agrandissement du patrimoine envisagent une conception plus globale de celui-ci.

Mots clés: Patrimoine matériel, Patrimoine immatériel, Esprit du lieu

Laurier Turgeon

Professor titular do Departamento de História
da Universidade de Laval
Laurier.Turgeon@hst.ulaval.ca

O patrimônio cultural imaterial representa hoje uma questão importante na forma de pensar e praticar o patrimônio francês na América do Norte e em todo o mundo. Ele tende a renovar o movimento do patrimônio etnológico e estabelecer-se como referência essencial para profissionais e pensadores de todos os patrimônios. Confunde as classificações e estruturas de pensamento da cultura administrativa. Ele provoca rearranjos nas estruturas governamentais de gestão e liderança, e em programas universitários, que agora devem ser reconsiderados. Ele mexe com as regras canônicas de conservação e participa amplamente na definição de novas políticas patrimoniais. Renova o debate sobre direitos autorais, os direitos humanos, as práticas museológicas e o patrimônio material. E, enfim, nos convida a fazer uma reflexão aprofundada sobre o significado do próprio patrimônio.

Novas políticas internacionais

Nos últimos anos, assistimos a uma proliferação de convenções, de políticas e ações sobre o patrimônio imaterialⁱⁱⁱ, tanto no plano internacional quanto no plano nacional. A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO, adotada em 2003, foi ratificada por mais de 115 países, incluindo a França, a Bélgica, a Itália, a Suíça, o Japão, a China, a Índia e a Coreia. Além disso, nos últimos dez anos, várias ONGs da UNESCO até aqui preocupadas principalmente com o patrimônio material, têm expressado acentuado interesse pelo patrimônio cultural imaterial. Por exemplo, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) dedicou sua 14ª Assembleia Geral, em Victoria Falls (Zimbabwe), em 2003, à conservação da memória de sítios. Ele se voltou para o tema da relação entre o patrimônio material e imaterial em sua 16ª assembleia geral realizada em Québec, em 2008 [Tourgeon, 2009]. Pela Declaração de Quebec de 2008 (reproduzida abaixo), o Conselho comprometeu-se a considerar os componentes intangíveis e comunidades locais que os conduzam para a gestão e para a conservação de sítios regidos pela Convenção, para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural de 1972. Os Estados-Membros do Conselho Europeu adotaram uma nova política do patrimônio em 2005, conhecida sob o nome de "Convenção de Faro", que define o patrimônio cultural essencialmente em seu componente imaterial. Da mesma forma, o Conselho Internacional de Museus (ICOM) dedicou sua 20ª Assembleia Geral, realizada em Seul, em 2004, ao patrimônio cultural imaterial e aos museus, os quais desde então tornaram-se uma grande preocupação para os museólogos. Os Estados nacionais foram rápidos em se inscreverem neste movimento, desenvolvendo políticas e novos marcos legais a serem considerados. Mesmo os países que ainda não assinaram o acordo sofrem fortes pressões internas das regiões e das cidades. Eles estão dispostos a desenvolver os seus próprios programas e políticas de patrimônio imaterial. No Canadá, por exemplo, nos últimos anos, várias cidades aderiram ao patrimônio cultural imaterial às suas políticas de patrimônio (Montreal, 2005, Quebec, em 2008) e algumas províncias, como Terre-Neuve (2006) e Quebec (2010)^{iv}, dedicam um lugar considerável em suas novas políticas culturais.

Essa nova regulamentação atribui ao patrimônio imaterial um novo estatuto, antes não existente. Os patrimônios materiais-arquiteturais, artísticos e arqueológicos eram os únicos que desfrutavam de um reconhecimento político e jurídico. Doravante, o patrimônio imaterial é reconhecido como patrimônio, bem como os edifícios históricos, obras de arte e coleções arqueológicas. Esta mudança de estatuto é essencial, pois faz

passar o patrimônio imaterial de agente passivo para agente ativo na construção social e cultural. Há muito considerado "pequeno patrimônio" do povo, ele esteve associado às tradições folclóricas e deixado por sua conta para garantir a sua reprodução e sua sobrevivência. Os próprios termos para designá-lo estavam em estado precário e instável, em uma contínua mutação. Conhecido sob nomes diferentes, por vezes, soando de forma pejorativa - "patrimônio etnológico", "arte popular" ou "folclore" (ainda usado nos Estados Unidos para nomear uma disciplina) - foi muitas vezes tratado como uma coisa em via de desaparecimento, conservado a título de simples testemunho de um passado, para se ver e se contemplar na posteridade. Era considerado prática popular, transmitido pelos condutores de tradição e objeto de estudo etnológico. Uma vez que está escrito na lei, torna-se política de Estado e ferramenta para seu desenvolvimento. De estatuto de arquivo, ele passa ao de ator. Desde a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003, que tem a força de um tratado internacional, o patrimônio intangível é considerado um agente ativo, não somente da conservação de culturas, mas também de sua renovação e da manutenção da diversidade cultural no mundo. Ele agora é visto como um meio eficaz de luta contra a globalização, para o desenvolvimento de um sentimento de pertença, apoio à criatividade humana e revitalização dos grupos socioculturais.

Um novo regime de patrimonialidade

Estas novas tomadas de posição são a expressão de um novo sistema de patrimonialidade. Na verdade, ao longo dos últimos dez anos, passamos de um regime patrimonial preocupado com a autenticidade, com a conservação da cultura material e a contemplação estética do objeto em sua materialidade, para um regime que valoriza a transformação das práticas culturais, a performance das pessoas e da experiência sensível das culturas. O patrimônio é hoje mais uma questão de afeto do que intelecto, de sociabilidade do que de especialização (Gadbois nesta coleção). As duas principais convenções da UNESCO sobre o Patrimônio, adotadas com 30 anos de intervalo, refletem esta mudança. Estas são de fundamental importância, porque têm servido como modelos para o desenvolvimento de políticas do patrimônio da maioria dos países do mundo. A primeira, a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972, centra-se sobre os sítios naturais, os monumentos históricos, os conjuntos arquitetônicos e as coleções arqueológicas, essencialmente sobre elementos materiais. O reconhecimento patrimonial é baseado nas noções de valor humano universal, de autenticidade e conservação. Ele promove um modelo de gestão de cima para baixo, o que tende a oferecer um poder de decisão aos especialistas, em detrimento aos grupos que vivem nos sítios ou em sua proximidade. Vários casos de expropriação das comunidades locais tiveram lugar durante as operações de classificação pela Convenção, para garantir uma melhor conservação dos sítios. A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003 foi desenvolvida, em grande parte, em reação à primeira. De fato, a UNESCO sofria uma forte pressão de muitos países da África, da América Latina e da Ásia, que possuíam pouco dos grandes conjuntos arquitetônicos e coleções de obras de arte, mas eram ricos em tradições culturais. Os países ocidentais, por sua vez, estavam preocupados em preservar e promover estes patrimônios, próprios de grupos minoritários e autóctones [Smith e Akagawa, 2009]. Para atender a essas expectativas, a Convenção de 2003 centra-se nos aspectos intangíveis de cultura, mais sobre as práticas que sobre os objetos, sem excluir os últimos, uma vez que eles abrangem as expressões orais, os saberes fazeres, as festas,

os rituais e os espetáculos, bem como os instrumentos, os artefatos, os pequenos objetos da vida cotidiana e os espaços culturais, cujo valor é muitas vezes mais afetivo e memorial do que material^v. Ela enfatiza o caráter dinâmico do patrimônio sobre a transmissão e a comunicação em relação a simples preservação [Bortolotto, 2007]. Ela considera o patrimônio um processo mais do que um produto.

Partindo do princípio de que o patrimônio imaterial é conduzido por pessoas, ele atribui uma grande importância à preservação das "comunidades"^{vi} e à transmissão ativa de suas práticas, percebidas como meios eficazes de conservação, a tal ponto que agora define-se como "herança cultural viva das comunidades" [Aikawa-Faure, 2009]. O modelo de gestão privilegiada é aquele de baixo para cima, o que implica na participação dos grupos interessados em todas as fases de valorização, desde a escolha do bem valorizado até a sua interpretação e sua comunicação. Longe de querer congelar o patrimônio a todo custo e garantir a sua sobrevivência, a convenção se concentra em sua transmissão, na sua transformação permanente e em sua força de revitalização dos grupos de poder e das coletividades [Blake, 2009].

Mesmo o Comitê do Patrimônio Mundial, responsável pela gestão e bom funcionamento da Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural de 1972, viu suas práticas evoluírem ao longo dos últimos quinze anos, a partir de uma abordagem fortemente materialista para uma atenção mais marcante sobre os valores imateriais [Cameron, 2009]. Se os sítios classificados na Lista do Patrimônio Mundial tinham origem essencialmente em monumentos isolados, eles foram gradualmente estendidos a grupos de edifícios e amplas paisagens culturais, que envolvem numerosos elementos imateriais. De acordo com o ex-presidente do Comitê do Patrimônio Mundial e do Diretor-Geral da UNESCO, Koïchiro Matsuura, foi uma resposta à crescente demanda por inclusão de sítios na Lista do Patrimônio Mundial, em seus valores culturais imateriais e face às dificuldades de se fazer reconhecer, segundo a Convenção de 1972, ela apoiou a elaboração e a implementação da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003 [Matsuura, 2004]. Havia cada vez mais pedidos de classificação motivados pelas características sagradas dos sítios, mas, também, por práticas culturais que não foram sequer relacionadas especificamente a lugares físicos. Para assegurar uma boa coordenação entre as duas convenções, a declaração de Yamato, de 2004, incentivou os Estados signatários a considerar a implementação de abordagens integradas para a salvaguarda do patrimônio cultural material e imaterial, com a participação ativa das comunidades e dos grupos concernentes^{vii}.

Os cidadãos estão à procura de um patrimônio mais interativo e participativo. Longe de simplesmente reproduzir de forma idêntica o passado com a ajuda de especialistas e de congelar objetos materiais, eles querem inscrever suas tradições na criatividade e participar, eles próprios, do reconhecimento de seu patrimônio. O desejo de memória ultrapassou o de monumentos [Nora, 1984-1992; Fabre, 2000]. A memória não é incorporada unicamente na pedra, mas também nas práticas sociais e culturais [Harrison et al., 2008]. Os turistas também estão exigindo cada vez mais o patrimônio intangível. Eles não querem apenas fazer passeios comentados a edifícios históricos, a partir de um ônibus, mas querem passear nas ruas, querem interferir na cultura local, querem conhecer as suas tradições, querem ver seus espetáculos, querem provar sua culinária e, francamente, querem participar de uma experiência sensível e "sustentável" (Roberge, Saidi e Turgeon, nesta coleção). O enorme sucesso do 400º aniversário da cidade de Quebec, em 2008, é explicado pelo fato de que os organizadores tiveram uma mudança de paradigma importante no campo do patrimônio, seja a passagem de um interesse de um patrimônio material para uma atenção mais marcada, para o patrimônio

cultural imaterial ou vivo. Mais do que uma simples autenticidade material, eles foram capazes de proporcionar aos cidadãos e turistas uma experiência sensível, através da organização de um grande número de eventos patrimoniais de características festivas: O Moinho, a imagem de Robert Lepage, os encontros Quebec-França, as festas da Nouvelle-France, os espetáculos de Celine Dion e do Cirque du Soleil. Além disso, mesmo que Quebec seja classificada como Cidade Patrimônio da Humanidade e reconhecida, principalmente, por seu centro histórico, é uma cidade que continua a organizar muitas festas, mais de 193 em 2009^{viii}. Então está se no direito de perguntar se não é o seu festivo calendário impositivo que atrai cerca de 5 milhões de visitantes anualmente, tornando-se a cidade mais visitada no Canadá.

Os museus também se voltaram para o patrimônio imaterial. Se por um longo tempo as dimensões materiais do patrimônio prevaleceram no espaço museal, os museólogos hoje querem enriquecer a exposição e a interpretação dos objetos através do conhecimento de seus modos de produção e seus usos sociais (Bergeron, nesta coleção). Na França, esta abordagem foi implementada por um longo tempo no *Museu de Artes e Tradições Populares* [Segalen, 2005] e em Ecomuseus [Debary, 2002]. Estas experiências vanguardistas e audaciosas conheceram horas difíceis, sem dúvida, porque o patrimônio etnológico ainda não se beneficiava de um reconhecimento político e jurídico dentro do Estado francês e do plano internacional. Como provam, os experimentos realizados fora da metrópole têm sido mais eficazes. Na Guiana Francesa, o *Museu de Artes e Tradições Populares* foi bem recebido, porque não só estava registrado em um projeto intelectual e científico, mas também em uma política regional e em um projeto de sociedade [Collomb, 1998]. Também em Quebec, os museus de sociedade e os economuseus são um sucesso. Por exemplo, o novo museu da Memória Viva, em Saint-Jean-Port-Joli, é muito popular, recolhendo os testemunhos daqueles que detêm a memória de um objeto para inseri-los em coleções e exposições. A relação com o objeto é alterada, uma vez que se torna um lugar de comunicação e mediação em vez de uma mera contemplação (Bergeron, nesta coleção). A integração do patrimônio imaterial pode tornar o objeto mais vivo e restaurar suas funções sociais e patrimoniais, presentes e passadas [Collomb, 1998; Maligne e Renier, neste manual]. Ao mesmo tempo, este conjunto de informações que enriquece as coleções permite associar os indivíduos e os grupos sociais na conservação e na exposição museológica. Antes de preocupar-se apenas com a conservação do objeto em sua forma física, trata-se de conservar a prática do objeto pela comunicação, mais ainda pela transmissão [Classen e Howes, 2006]. As novas tecnologias digitais oferecem possibilidades ilimitadas para captura, conservação e comunicação de ambos os patrimônios, material e imaterial. Eles permitem integrar o material ao imaterial, de registrar os saberes fazeres pelo vídeo digital, para tornar os elementos intangíveis visíveis, mesmo tangíveis, e fazer da visita museal uma experiência multimídia e sensorial [Turgeon e St. Stone, de 2009]. Assim, o recurso ao patrimônio cultural imaterial em museus oferece uma experiência do patrimônio de forma mais interativa, participativa e sensível.

Uma concepção mais global do patrimônio

Uma concepção mais global do patrimônio

O conceito de patrimônio imaterial tem um valor heurístico que permite esclarecer as relações entre o material e o imaterial e desenvolver uma concepção mais abrangente e rica do patrimônio. Antes de separar o imaterial e do material e colocá-los em oposição, ou ainda de reconduzir todo o significado do objeto para a sua materialidade, como sugerido por vários pesquisadores [Alexander, 2004; Miller, 2005;

Tilley, 2006], o advento da noção de patrimônio imaterial, que visa sobrepor-se ao patrimônio material, convida-o a considerá-los juntos em estreita interação, um se construindo em relação ao outro. O imaterial constrói o material e, ao mesmo tempo, o material incorpora e exprime valores imateriais [Herzfeld, 2004]. Considerado em sua dinâmica relacional, o patrimônio tem uma característica plural e dinâmica. Ele pode ter vários significados, mudar de direção com o tempo e ser compartilhado por vários grupos. Esta perspectiva parece-nos mais adaptada ao mundo cada vez mais globalizado, caracterizado pelas migrações transnacionais, os contatos interculturais e os pertencimentos múltiplos [Appadurai, 2005].

O Sítio ou objeto material testemunha valores; jamais um valor em si. Para extrair toda a riqueza de um sítio ou de um objeto material, é essencial ter-se em conta o seu valor de uso social. Assim, na valorização de edifícios, sítios e objetos históricos, é necessário adquirir o hábito associativo dos etnólogos, dos historiadores e dos geógrafos para a implementação da documentação, por pesquisas orais, por exemplo, para uma melhor compreensão do sentido e do valor do patrimônio das pessoas que o utilizam. Em suma, não é mais apropriado deixar somente aos arquitetos e aos arqueólogos a restauração de edifícios, locais e objetos materiais. A restauração do patrimônio imaterial deve ser integrada em projetos de restauração imobiliária e mobiliária. Os poucos e raros exemplos, onde pesquisas orais foram conduzidas para conservar a memória do lugar e integrá-la a uma valorização, como a fábrica de Dominion Corset ou o mosteiro dos Agostinianos, em Quebec, fornecem-nos resultados de uma riqueza insuspeitável. A preservação, a restauração e a salvaguarda do patrimônio devem ser feitas por equipes interdisciplinares compostas de arquitetos, arqueólogos, historiadores de arte, bem como por antropólogos, historiadores e geógrafos que reflitam sobre os elementos imateriais do patrimônio.

O patrimônio, tanto material quanto imaterial, constitui uma relação dinâmica e um processo humano vivo [Smith, 2006: 44]. Ele é espírito e matéria, espírito e lugar. A expressão "espírito do lugar" anuncia, ela própria, os dois elementos fundamentais dessa relação: o Espírito que retorna ao pensamento, aos humanos e aos elementos imateriais, e Lugar que evoca uma localização geográfica, um ambiente físico, quer sejam, os elementos materiais. O espírito constrói o lugar e, ao mesmo tempo, o lugar investe e estrutura o espírito. A relação entre o pensamento e o mundo material não é unívoca, mas dialética, plural e evolutiva. Retomando os trabalhos de Roland Barthes [1970] e Pierre Bourdieu [1980], os antropólogos Daniel Miller [1987, 2005] e Christopher Tilley [1994, 2006] desenvolveram a noção de "objetificação", isto é, o processo pelo qual a idéia de um indivíduo ou grupo de indivíduos se concretiza em forma material. Eles não hesitaram em questionar o racionalismo de Descartes, segundo o qual o espírito domina sempre a matéria e a forma material é predefinida em um esquema mental, antes de ser realizada concretamente.

Antes de preceder à forma, a idéia se constrói ao mesmo tempo, em um vai e vem perpétuo entre a abstração do pensamento e a materialidade do lugar ou do objeto. Um alimenta o outro e, portanto, fazem-se constitutivos. Por exemplo, em seu estudo sobre fabricação de cestas, Tim Ingold [2000] observa que o tecelão não tem uma representação mental clara do objeto que ele quer fabricar, mas sim as habilidades e competências que norteiam seu acoplamento com o material. O tamanho, a natureza e a qualidade do vime também participarão na determinação da forma. O tecelão compõe com o material, trabalha o material com base nas restrições encontradas. Cada etapa de fabricação determina as demais etapas sucessivas. A forma emerge desse comprometimento, do processo de fabricação e não da simples idéia do artesão. Esta abordagem fenomenológica, que se concentra na experiência concreta, também

esclarece a arte da escultura ou a obra arquitetônica. Os arquitetos devem compor com as limitações de tempo, as limitações orçamentárias, a natureza dos materiais de construção, a presença de outros edifícios e as necessidades da população. Todos contribuem para a forma definitiva do edifício. Este processo dialético entre a cognição e construção do lugar não está limitado apenas ao momento da criação. Ele continua através dos diferentes usos que são feitos [Miller, 1987]. Os visitantes apropriam-se de acordo com os valores que eles encerram: econômicos, sociais, estéticos ou memoriais [Poulot 1997: 32-34]. É, sobretudo, quando da experiência de apropriação que estes valores indicam que o sítio é muitas vezes modificado para esquecer-se de certos valores e ressuscitar outros. Não é só o sítio propriamente dito que é apropriado, mas também aqueles a quem pertencem são também apropriados para que se exerça o domínio sobre eles. O contexto colonial americano oferece exemplos claros desse fenômeno [Turgeon de 2003].

Houve várias conferências, workshops, seminários e publicações dedicadas à Convenção de 2003, para a sua adoção e para questões políticas de implementação. Ainda existem poucos estudos que se concentram sobre casos concretos e sobre o significado que conduz ao patrimônio imaterial no contexto atual. Que impacto a reformulação do conceito de patrimônio pode ter sobre as práticas sociais e científicas? Assim, esta edição de Etnologia francesa visa ilustrar isso. A escolha da América do Norte francófona não foi por acaso. As populações francófonas oferecem um terreno revelador de mecanismos e engrenagens do patrimônio imaterial, pois este sempre desempenhou um papel importante na construção de suas identidades. Vindos de migrações transatlânticas, os francófonos também foram bastante móveis no continente desde o início da colonização, dispersando-se no Centro-Oeste e no Oeste americano, e mais recentemente pela Nova Inglaterra e no Oeste Canadense e Flórida (ver aqui Forget). Os imigrantes europeus que vieram estabelecer-se em Quebec e que adotaram o uso da língua francesa também têm investido muito na imaterialidade de suas culturas (Fourcade e Moisa, nesta coleção). Esta forte mobilidade tornou difícil o transporte de objetos materiais, ainda mais a construção de monumentos, porém, favoreceu o desenvolvimento de elementos imateriais da cultura tais como os relatos orais, a canção, a música e a dança, as festas, os saberes fazeres artísticos e artesanais (Roberge, Saidi e Turgeon). Trata-se, também, de populações minoritárias que não possuem grandes meios de construir imponentes conjuntos arquitetônicos, muito menos de os salvar. Para os canadenses de Louisiana, não é salva-guarda do construído, mas o relato do que sobrevive, aquele capaz de resistir à adversidade, que é usado para afirmar uma cidadania e um patrimônio, após os furacões Katrina e Rita (Le Menestrel e Henry). Não é uma coincidência que os museus de sociedade, os quais clamam ao imaterial, desenvolveram-se para os francófonos da América do Norte (Bergeron, Maligne Renier). O patrimônio imaterial não é apenas um paliativo, um substituto do construído. É uma poderosa forma de mostrar e de afirmar a existência de grupos, especialmente daqueles que estão em uma situação minoritária. Solicitando os sentidos e as emoções, o patrimônio encontra uma expressão particular entre os ameríndios, minoria dentro de uma minoria, que tendem a ritualizar e a sacralizar seu patrimônio, até mesmo de espetacularizar, para construírem um espaço de visibilidade e vitalização das culturas autóctones na sociedade contemporânea quebequense (Maligne). Ainda hoje, o patrimônio imaterial é aquele com o qual a população quebequense identifica-se mais e aquele que se utiliza mais para marcar sua identidade. Uma pesquisa conduzida em 2000, sobre a percepção do conceito de patrimônio para o grupo consultivo da política do patrimônio cultural de Quebec, mais conhecido sob o nome de Relatório Arpin, mostrou que três quartos dos entrevistados colocaram em primeiro lugar os

elementos imateriais da cultura, notadamente a língua e a história, enquanto apenas um quarto deu prioridade à arquitetura e às obras de arte [Consulting Group, 2000: 12]. Uma situação muito diferente dos países europeus onde os monumentos históricos chegam quase sempre em primeiro lugar [Heinich 2009: 24-25]. No estudo dessas culturas francófonas em movimento e do movimento pode-se observar a construção de um patrimônio diásporo e desterritorializado, mesmo transterritorial, que pode ser aquele do amanhã (Forget, Fourcade e Moisa). Estes estudos de caso sobre práticas imateriais do patrimônio francófono da América do Norte podem esclarecer o processo deste outro patrimônio e as novas experiências sensíveis que ele gera.

DECLARAÇÃO DE QUÉBEC

Sobre a preservação do "Spiritu loci"

Assumido em Québec, Canadá, em 4 de outubro de 2008

INTRODUÇÃO

Reunião na histórica cidade de Québec (Canadá) de 29 de setembro a 4 de outubro, 2008, a convite do ICOMOS, Canadá, na ocasião da 16ª Assembleia Geral do ICOMOS e dos festejos do aniversário de 400 anos da fundação de Québec. Os participantes assumem a seguinte Declaração de princípios e recomendações para a preservação do *spiritu loci* através da proteção do patrimônio tangível e intangível, considerado uma forma inovadora e eficiente de assegurar o desenvolvimento sustentável e social no mundo inteiro. Esta Declaração é parte de uma série de medidas e ações tomadas pelo ICOMOS no decurso dos últimos cinco anos para proteger e promover o espírito dos lugares, isto é, sua essência de vida, social e espiritual. Em 2003, o ICOMOS enfocou o simpósio científico de sua 14ª Assembléia Geral sobre o tema da preservação dos valores sociais intangíveis de monumentos e sítios. Na Declaração Kimberly, que logo se seguiu, o ICOMOS se comprometeu a considerar os valores intangíveis (memória, crenças, conhecimento tradicional, ligação ao lugar) e também as comunidades locais, guardiãs destes valores, no manejo e preservação de monumentos e sítios em conformidade com a Convenção do Patrimônio Mundial de 1972. Em 2005, a Declaração Xi'an do ICOMOS chamou atenção para a conservação de contextos definidos enquanto aspectos físicos, visuais e naturais, assim como práticas sociais e espirituais, costumes, conhecimento tradicional e outras formas e expressões intangíveis na proteção e promoção dos monumentos e sítios que compõem o patrimônio mundial. Ainda, chama atenção para a abordagem multidisciplinar e as diversificadas fontes de informação para melhor compreender, administrar e conservar o contexto. A Declaração de Foz do Iguaçu, elaborada em 2008 pelo ICOMOS Américas especifica que os componentes tangíveis e intangíveis do patrimônio são essenciais para a preservação da identidade das comunidades que criaram e transmitiram espaços de relevância cultural e histórica. As novas Cartas do ICOMOS para Roteiros Culturais e sobre interpretação e apresentação formuladas após amplas consultas e apresentadas para ratificação na atual 16ª Assembleia Geral do ICOMOS, também reconhecem a importância das dimensões intangíveis do patrimônio e o valor espiritual dos lugares. Devido à natureza indivisível do patrimônio tangível e intangível e aos significados, valores e contexto que o patrimônio intangível assegura aos objetos e lugares, atualmente o ICOMOS está considerando a adoção de uma nova Carta especificamente dedicada ao patrimônio intangível de monumentos e de sítios. A este respeito, estamos fomentando discussões e debates para o desenvolvimento de um novo vocabulário conceitual devido às mudanças ontológicas do espírito do lugar. A 16ª Assembleia Geral e mais especificamente o Fórum da Juventude, o Foro dos Aborígenes e o Simpósio Científico nos deram a oportunidade de explorar com maior profundidade as relações entre o patrimônio tangível e intangível e os mecanismos culturais e sociais internos do espírito do lugar. O espírito

do lugar é definido como os elementos tangíveis (edifícios, sítios, paisagens, rotas, objetos) e intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, rituais, festivais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, etc.) isto é, os elementos físicos e espirituais que dão sentido, emoção e mistério ao lugar. Em vez de separar o espírito do lugar, o intangível do tangível e considerá-los como antagônicos entre si, investigamos as muitas maneiras dos dois interagirem e se constroem mutuamente. O espírito do lugar é construído por vários atores sociais, seus arquitetos e gestores, bem como seus usuários que contribuem ativamente e em conjunto para dar-lhe um sentido. Visto como um conceito relacional, o espírito do lugar assume ao longo do tempo um caráter plural e dinâmico capaz de possuir múltiplos sentidos e peculiaridades de mudança, e de pertencer a grupos diversos. Esta abordagem mais dinâmica se adapta melhor ao mundo globalizado atual, caracterizado por movimentos transnacionais da população, relocação populacional, contatos interculturais crescentes, sociedades pluralísticas e múltiplas ligações ao lugar. O espírito do lugar oferece uma compreensão mais abrangente do caráter vivo e, ao mesmo tempo, permanente de monumentos, sítios e paisagens culturais. Supre uma visão rica, mais dinâmica e abrangente do patrimônio cultural. O espírito do lugar existe, de uma forma ou de outra em praticamente todas as culturas do mundo e é construído por seres humanos em resposta às suas necessidades sociais. As comunidades que habitam o lugar, especialmente quando se trata de sociedades tradicionais, deveriam estar intimamente associadas à proteção de sua memória, vitalidade, continuidade e espiritualidade. Os participantes da 16ª Assembleia Geral do ICOMOS, assim sendo, lavram a seguinte Declaração de princípios e recomendações para organizações intergovernamentais e não governamentais, autoridades nacionais ou locais e todas as instituições e especialistas habilitadas a contribuir, por intermédio da legislação, de políticas, e de processos de planejamento e gestão, para melhor proteger e promover o espírito do lugar.

REPENSANDO O ESPÍRITO DO LUGAR

1. Reconhecendo que o espírito do lugar é composto por elementos tangíveis (sítios, edifícios, paisagens, rotas, objetos) bem como de intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, festivais, comemorações, rituais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, etc.) e que todos dão uma contribuição importante para formar o lugar e lhe conferir um espírito, declaramos que o patrimônio cultural intangível confere um significado mais rico e mais completo ao patrimônio como um todo, e deve ser considerado em toda e qualquer legislação referente ao patrimônio cultural e em todos os projetos de conservação e restauro para monumentos sítios, paisagens, rotas e acervos de objetos.
2. Considerando que o espírito do lugar é complexo e multiforme, exigimos que os governos e outros interessados convoquem a perícia de equipes de pesquisa multidisciplinar e especialistas com tradição para melhor compreender, preservar e transmitir este espírito do lugar.
3. Como o espírito do lugar é um processo em permanente reconstrução, que corresponde à necessidade por mudança e continuação das comunidades, nós afirmamos que pode variar ao longo do tempo e de uma cultura para outra, em conformidade com suas práticas de memória, e que um lugar pode ter vários espíritos e pode ser compartilhado por grupos diferentes.

IDENTIFICANDO AS AMEAÇAS AO ESPÍRITO DO LUGAR

4. Considerando que mudança climática, turismo em massa, conflitos armados e desenvolvimento urbano induzem transformações e ruptura das sociedades, precisamos melhorar nosso entendimento sobre estas ameaças para poder estabelecer medidas preventivas e soluções sustentáveis.

Recomendamos que entidades governamentais e não governamentais e organizações do patrimônio local e nacional desenvolvam planejamento estratégico a longo prazo para prevenir a degradação do espírito do lugar e seu entorno. Os habitantes e autoridades locais deveriam também ser conscientizados sobre a proteção do espírito do lugar, para que assim estejam melhor preparados a lidar com as ameaças de um mundo em transformação.

5. À medida que aumenta o compartilhamento dos lugares empossados com diferentes espíritos por vários grupos, aumenta o risco de competição e conflito. Reconhecemos que estes sítios requerem gestão, planejamento e estratégias específicas, ajustadas ao contexto pluralístico das sociedades multiculturais modernas.

Como as ameaças ao espírito do lugar são especialmente poderosas entre grupos minoritários, sejam nativos ou recém-chegados, recomendamos que estes grupos sejam os primeiros e mais importantes a se beneficiar de políticas e práticas específicas.

PROTEGENDO O ESPÍRITO DO LUGAR

6. Como hoje em dia na maioria dos países do mundo o espírito do lugar, sobretudo seus componentes intangíveis, atualmente não se beneficiam de programas de educação formal ou de proteção legal, recomendamos a implementação de reuniões e consultorias com peritos de diferentes origens e recursos, pessoas das comunidades locais, e o desenvolvimento de programas de treinamento e políticas jurídicas para uma melhor proteção e promoção do espírito do lugar.

7. Considerando que modernas tecnologias digitais (bancos de dados, *websites*) podem ser usadas eficaz e efetivamente a um custo muito baixo para desenvolver inventários multimídia que integrem elementos tangíveis e intangíveis do patrimônio, nós incisivamente recomendamos seu amplo uso para melhor preservar, disseminar e promover os sítios do patrimônio e seu espírito. Estas tecnologias facilitam a diversidade e renovação constante da documentação sobre o espírito do lugar.

TRANSMITINDO O ESPÍRITO DO LUGAR

8. Reconhecendo que o espírito do lugar é essencialmente transmitido por pessoas e que a transmissão é parte importante de sua conservação, declaramos que é por meio de comunicação interativa e participação das comunidades envolvidas que o espírito do lugar é preservado e realçado da melhor forma possível. A comunicação é, de fato, a melhor ferramenta para manter vivo o espírito do lugar.

9. Dado que geralmente as comunidades locais estão mais bem posicionadas para compreender o espírito do lugar, sobretudo no caso de grupos culturais tradicionais, nós afirmamos que são também aquelas melhor equipadas para sua salvaguarda e que estas devem estar intimamente associadas em todos os esforços para preservar e transmitir o espírito do lugar. Meios de transmissão não-formais (narrativas, rituais, atuações, experiência e práticas tradicionais etc.) e formais (programas educativos, bancos de dados digitais, *websites*, ferramentas pedagógicas, apresentações multimídia, etc.) deveriam ser fomentados, porque não apenas garantem a proteção do espírito do lugar, mas, acima de tudo, protegem o desenvolvimento sustentável e social da comunidade.

10. Reconhecendo que a transmissão intergerações e transcultural desempenha um papel importante na disseminação sustentada e na preservação do espírito do lugar, recomendamos a

associação e o envolvimento das gerações mais novas, bem como de grupos culturais diferentes associados ao lugar, na tomada de decisões políticas e gestão do espírito do lugar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIKAWA-FAURE, Noriko, 2009, « From the Proclamation of Masterpieces to the Convention for the Safeguarding of Intangible Cultural Heritage », in Laurajane Smith et Natsuko Akagawa (eds.), *Intangible Heritage*, Londres et New York : 13-44.
- ALEXANDER, Christopher, 2004, *The Nature of Order. Vol. 1: The Phenomenon of Life*, Berkeley, Center for Environmental Structure.
- ALIVIZATOU, Marilena, 2008, « Contextualizing ICH in Heritage Studies and Museology », *International Journal of Intangible Heritage*, 3 : 44-54.
- APPADURAI, Arjun, 2005, *Après le colonialisme, les conséquences culturelles de la globalisation*, Paris, Payot.
- BARTHES, Roland, 1970, *L'empire des signes*, Genève, Skira.
- BLAKE, Janet, 2009, « UNESCO's 2003 Convention on Intangible Heritage : The Implications of Community Involvement in "Safeguarding" », in Laurajane Smith et Natsuko Akagawa (eds.), *Intangible Heritage*, Londres et New York : 45-73.
- BORTOLOTTI, Chiara, 2007, « From objects to processes : UNESCO's intangible cultural heritage », *Journal of Museum Ethnography*: 19.
- BOURDIEU, Pierre, 1980, *Le sens pratique*, Paris, Minuit.
- CAMERON Christina, 2009, « Finding The Spirit of Place: A World Heritage Perspective », in Laurier Turgeon (ed.), *L'esprit du lieu: entre le patrimoine matériel et immatériel*, Québec, Presses de l'université Laval: 15-22.
- CHOAY, Françoise, 1999, *L'allégorie du patrimoine*, Paris, Le Seuil.
- COLLOMB, Gérard, 1998, « En Guyane : "ethnologie" ou "patrimoine" ? », *Terrain*, 33 : 145-158.
- CLASSEN, Constance et David HOWES, 2006, « The Museum as Sensescape : Western Sensibilities and Indigenous Artefacts », in Elizabeth Edwards, Chris Gosden et Ruth Phillips (eds.), *Sensible Objects : Colonialism, Museums and Material Culture*, Oxford, Berg : 199-222.
- CLAVAL, Paul, 2003, « Sens patrimoniaux dans le monde », in Maris Gravari-Barbas et Sylvie Guichard-Anguis (eds.), *Regards croisés sur le patrimoine dans le monde à l'aube du XXIe siècle*, Paris, Presses de l'université de Paris-Sorbonne : 45-58.
- CONSEIL DE L'EUROPE, 2009, *Le patrimoine et au-delà*, Strasbourg, Éditions du Conseil de l'Europe.
- DEBARY, Octave, 2002, *La fin du Creusot ou l'art d'accueillir les restes*, Paris, CTHS.
- FABRE, Daniel, 2000, *Domestiquer l'histoire : ethnologie des monuments historiques*, Paris, Éditions de la Maison des sciences de l'homme.
- GENEST, Bernard et Camille LAPOINTE, 2004, *Le patrimoine culturel : un capital social et économique*, Québec, gouvernement du Québec.
- GROUPE, CONSEIL, 2000 (sous la présidence de Roland Arpin), *La politique du patrimoine culturel du Québec, Notre patrimoine, un présent du passé*, Québec, Communications Science-Impact: 10-12.
- HARRISON, Rodney, Graham FAIRCLOUGH, John H. JAMESON Jr. et John SCHOFIELD (eds.), 2008, « Heritage, Memory and Modernity », in *The Heritage Reader*, Londres et New York, Routledge : 1-12.
- HEINICH, Nathalie, 2009, *La fabrique du patrimoine*, Paris, Éditions de la Maison des sciences de l'homme.

- HERZFELD, Michael, 2004, *The Body Impolitic : Artisans and Artifice in the Global Hierarchy of Value*, Chicago, University of Chicago Press.
- ICOMOS, 2003, Proceedings of the 14th General Assembly and Scientific Symposium, « Place, Memory, Meaning : Preserving Intangible Values in Monuments and Sites », Victoria Falls, Zimbabwe (site Web : <http://www.international.icomos.org/victoriafalls2003>).
- INGOLD, Tim, 2000, *The Perception of the Environment : Essays in Livelihood, Dwelling and Skill*, Londres et New York, Routledge.
- KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara, 2006, « World Heritage and Cultural Economics », in Ivan Karp et al. (eds.), *Museum Frictions: Public Cultures / Global Transformations*, Durham et Londres, Duke University Press : 161-202.
- MATSUURA, Koïchiro, 2004, « Préface », *Museum International*, 221-222 : 4-5.
- MILLER, Daniel, 1987, *Material Culture and Mass Consumption*, Oxford, Basil Blackwell.
- _____. 2005, « Materiality : An Introduction », in Daniel Miller (ed.), *Materiality*, Durham, Duke University Press : 1-50.
- NORA Pierre (dir.), 1984-1992, *Les lieux de mémoire*, Paris, Gallimard, 3 t. : t. I *La République* (1 vol., 1984), t. II *La Nation* (3 vol., 1987), t. III *Les France* (3 vol., 1992).
- POULOT, Dominique, 2006, *Une histoire du patrimoine en Occident*, Paris, Presses universitaires de France.
- _____. 1997, « Introduction générale ». *L'esprit des lieux : le patrimoine et la cité*, in Daniel J. Grange et Dominique Poulot (dirs.), Grenoble, Presses universitaires de Grenoble : 15-34.
- SEGALEN, Martine, 2005, *Vie d'un musée, 1937-2005*, Paris, Stock.
- SMITH, Laurajane, 2006, *The Uses of Heritage*, Londres et New York, Routledge.
- SMITH, Laurajane et Natsuko Akagawa, 2009, « Introduction », in Laurajane Smith et Natsuko Akagawa (eds.), *Intangible Heritage*, Londres et New York: 1-9.
- TILLEY, Christopher, 1994, *A Phenomenology of Landscape : Paths, Places and Monuments*, Oxford, Berg.
- _____. 2006, « Objectification », in Chris Tilley, Webb Keane, Susanne Küchler, Mike Rowlands, Patricia Spyer (eds.), *Handbook of Material Culture*, Londres, Sage : 60-73.
- TURGEON, Laurier, 2003, *Patrimoines métissés : contextes coloniaux et postcoloniaux*, Paris et Québec, Maison des sciences de l'homme et Presses de l'université Laval.
- _____. 2005, « Introduction », in *Le patrimoine religieux du Québec: entre le cultuel et le culturel*, Laurier Turgeon (ed.), Québec, Presses de l'université Laval : 17-39.
- _____. 2009, « L'esprit du lieu : pour mieux penser et pratiquer le patrimoine culturel », in Laurier Turgeon (ed.), *L'esprit du lieu : entre le patrimoine matériel et immatériel*, Québec, Presses de l'université Laval : XXXIII-LVI.
- TURGEON, Laurier et Louise SAINT-PIERRE, 2009, « Le patrimoine immatériel religieux au Québec : sauvegarder l'immatériel par le virtuel », *Ethnologies*, 31, 1 : 201-233.

Notas Finais

ⁱ Publicado originalmente no livro: "Objets et mémoires", organizado por Octave Debary et Laurier Turgeon. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2007. Artigo on line: *Ethnologie*

française, 2010/3 Vol. 40, p. 389-399. Disponível em: < <http://www.cairn.info/revue-ethnologie-francaise-2010-3-page-389.htm> >.

ⁱⁱ Artigo traduzido por Raimundo Freitas Aragão

ⁱⁱⁱ « Convenção-quadro do Conselho Europeu sobre o valor do patrimônio cultural para a sociedade», Faro, 27.X. 2005; ver Conselho da Europa, 2009, *Le patrimoine et au-delà*, Strasbourg, Éditions du Conseil de l'Europe.

^{iv} A ministra da Cultura, das Comunicações e da Condição Feminina de Québec, Christine Saint-Pierre, apresentou o Projeto de Lei número 82: « loi sur le patrimoine culturel », Québec, proposto para adoção pelo governo de Québec em 2010. O projeto de Lei faz parte de uma ampla consulta pública conduzida pela Ministra em 2007-2008; ver o documento de consulta: *Un regard neuf sur le patrimoine culturel. Révision de la Loi sur les biens culturels – document de réflexion*, ministère de la Culture, 2007.

^v Ver o site da UNESCO para uma cópia da Convenção: www.unesco.org.

^{vi} Palavra «comunidade» que é empregada na convenção, no sentido norte americano do termo, a qual remete a grupos socioculturais que são geralmente bem constituídos e definidos.

^{vii} Declaração de Yamato: <http://www.bunka.go.jp/kokusaibunka/bunkazaihogo/pdf/nara>

^{viii} De acordo com pesquisa realizada em diferentes sítios da Internet.